

*Filosofia e
Educação*

Filosofia e Educação

Estrella Bohadana
Sergio Sklar



Rio de Janeiro

2011

Filosofia e Educação

Copyright © 2011, Estrella Bohadana e Sergio Sklar
Todos os direitos são reservados no Brasil



Os AUTORES responsabilizam-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo da sua OBRA, bem como isenta a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente da violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA, que declaram, sob as penas da Lei, ser de sua única e exclusiva autoria.

PoD Editora

Rua do Catete, 90 / 202 • Catete — Rio de Janeiro
Tel. 21 2236-0844 • atendimento@podeditora.com.br

Diagramação e Capa:

Control C — Impressos sob Demanda

Ilustração da capa:

Héctor Delgado Ros

Impressão e Acabamento:

Control C — Impressos sob Demanda

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação, nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização dos autores.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F169a

Bohadana, Estrella

Filosofia e Educação. / Estrella Bohadana, Sergio Sklar - Rio de Janeiro: PoD, 2011. - 174p.

ISBN 978-85-62331-81-7

1. Filosofia. Educação I. Título.

11-5389. CDD: 869.93

CDU: 821.134.3(81)-3

22.08.11 29.08.11 029130

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Ritto..... UERJ - IME
Carlos Cosenza UFRJ - COPPE
Estrella Bohadana..... UERJ - EDU
Fábio Sá Earp..... UFRJ - IE
Gilda Olinto UFRJ
Maria Maia Porto..... UFRJ - FAU
Marinilza Bruno UERJ - IME
Renato Veras UERJ - UNATI
Roberto Bartholo..... UFRJ - COPPE
Sérgio Sklar..... UERJ - EDU

AGRADECIMENTO

Agradecemos as valiosas sugestões feitas por profissionais que deram sua colaboração em diferentes fases do trabalho: Andrea Teixeira, Camilo Papi, Celimar de Lima, Daniel Mazza, Hector Delgado, João Luis Struchiner, Kátia Almeida, Luis Zorraquino, Marcio Mori Marques e Rakel Lima.

Sumário

Conselho Editorial.....	5
Agradecimento	7
Introdução - Filosofia e Educação: convergências	11
Capítulo 1 Antiguidade grega - Educação e Filosofia.....	15
Capítulo 2 Sofistas, Sócrates e a Educação	35
Capítulo 3 Platão, Aristóteles e a Educação.....	45
Capítulo 4 O conceito romano de instrução, o Cristianismo e a Educação.....	75
Capítulo 5 A Escolástica e a Educação.....	105
Capítulo 6 O século XIII: a criação das universidades.....	121
Capítulo 7 As universidades no século XIV e o humanismo	135
Capítulo 8 O humanismo renascentista, a Educação e a modernidade.....	151
Considerações Finais.....	163
Referências.....	169
Bibliografia Consultada.....	173

INTRODUÇÃO - FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: CONVERGÊNCIAS

O que significa reivindicar para a educação o saber filosófico? Como e por que relacionar duas áreas do conhecimento – Filosofia e Educação –, considerando que cada uma tem sua especificidade, sua trajetória, enfim, sua história? A filosofia e a educação possuem histórias e desenvolvimentos específicos, mas, apesar de suas características particulares, se voltam para buscar respostas à seguinte interrogação: quais são os objetivos gerais que determinam o modo pelo qual o ser humano adquire novas formas de compreensão do mundo que o rodeia? Em outros termos, para que serve a educação ou, numa linguagem própria dos estudiosos da filosofia, quais são os fins próprios do processo educativo?

Pensar em que a filosofia pode contribuir para educação é, sem dúvida, ter que pensá-la desvinculada de um objeto em si, entendendo-a como atividade que toma seus objetos da realidade exterior. Para os gregos, por exemplo, esse objeto exterior foi fundamentalmente a política, a democracia, o que revela que a filosofia não é independente do seu contexto histórico (CHÂTELET, p.1992). A esse respeito, Cornelius Castoriadis (1990, p. 251) nos esclarece: “[...] o objeto da filosofia é a *ques-*

tão: o que devo, o que devemos pensar – do Ser, do conhecimento do Ser, do Eu, do nós, da nossa constituição política, da justiça, etc...”. Assim, a filosofia deve ser compreendida como uma atividade reflexiva e auto-reflexiva que necessita de uma concepção sócio-histórica. Portanto, para compreendermos a filosofia é de fundamental importância levar em conta o lugar central que ela ocupa num projeto social-histórico de autonomia – social e individual.

Uma reflexão educacional deve superar a mera dimensão técnica que remete quase sempre ao *como fazer* para problematizar as finalidades da formação¹. Afinal, que tipo de pessoa se quer formar? Para qual sociedade? A que necessidades sociais ela deve responder? De que maneira ela pode, hoje concretizar seu papel social?

Mesmo sem ter a pretensão de responder a essas indagações, há sem dúvida a necessidade de problematizá-las. Para tal, é importante resgatar o vínculo que a filosofia e a educação estabeleceram com a política, marcando, assim, o pressuposto que nenhuma práxis educativa é neutra. Neste caso, há necessidade de pensarmos uma educação cujo fazer educativo – social – se assuma como instrumento de autoformação e autonomia humana.

¹ Devemos lembrar que os problemas lançados pela educação podem ser divididos em gerais e técnicos. Os primeiros se voltam, na maior parte dos casos, para a reflexão sobre as diversas finalidades, ou sentidos, em vista das quais se dirige o processo educativo. Os últimos se referem aos procedimentos que exigem conhecimentos específicos das situações concretas e dos meios que podem ser empregados em função daquelas. Estas duas abordagens estão intimamente ligadas, interdependendo uma da outra. E esta implicação foi justamente considerada por autores que não se limitaram à elaboração concreta de métodos e técnicas de aprendizagem. Por um lado, encontramos educadores como Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Georg Michael Kerschensteiner (1854-1932) que privilegiaram uma reflexão sobre os fins da educação em detrimento dos vários procedimentos técnicos. Por outro lado, temos Johann F. Herbart (1776-1841), que adotou um padrão de objetividade para a educação, ressaltando o uso de técnicas e métodos pedagógicos.

Nessa perspectiva, ocorrerá a renovação da atividade reflexiva essencial para a filosofia, sendo, pois, como reflexão que a filosofia tem algo a comunicar à educação.

Pode-se dizer que, tanto sob a tutela da metafísica quanto submissa à ciência (ainda que de outra maneira), o fazer educativo assumiu uma trajetória diferente: nem se aplicou às verdades metafísicas, nem assimilou os procedimentos científicos (CAMBI, 1999). Pois, de um lado, a existência do fazer educativo se alimenta da criação individual e coletiva do humano e, de outro, se faz *locus* de permanente recriação e exige um lugar próprio para a reflexão filosófica.

É, então, como atitude que entendemos a reflexão filosófica: cada indagação, cada reflexão pode atingir uma visão crítica de si mesma. Reflexão e crítica são, portanto, essenciais à filosofia e à educação, elas devem manter ativado o permanente questionamento sobre o sentido e as finalidades do fazer educativo. Neste sentido, a complexidade do fazer educativo reside no fato de ele exigir repensar o próprio pensamento, pois é neste repensar, marcado pela dúvida, pelo questionamento e pela interrogação, que acreditamos ser possível à educação contribuir para a autoformação.

CAPÍTULO 1

ANTIGUIDADE GREGA - EDUCAÇÃO E FILOSOFIA

As bases do educar se concentram, no mundo antigo, em torno de uma *paidéia*, acolhendo tanto o que leva determinada nação a ter um lugar na história, quanto a existência de valores que marcam o universo espiritual do homem. Ela permanece como ideal para a filosofia do século IV a.C.; significa, numa forma concisa, a busca de uma teoria da educação e do agir do homem em sociedade. Ela não se restringe, no entanto, a uma simples instrução infantil. Direcionada para as múltiplas interações sociais vigentes naquele momento na Grécia, a *paidéia* se torna uma reflexão sobre a formação do homem para a vida racional na *polis*. Aplica-se, assim, à vida adulta, à formação e à cultura, à sociedade e à condição espiritual humana, atingindo seu apogeu quando a educação passa a abranger a idéia de um agir consciente (JAEGER, 2003). De fato, ela só pode surgir através da passagem que ocorreu na Grécia antiga, desde a percepção de um mundo regido sob a tutela dos deuses – voltado para o divino e, por isto, mítico – até a criação da cidadania, através da qual o homem grego passa a tecer seu destino na nascente *polis* – cidade-Estado.

O contexto histórico-social que envolve a passagem na antigüidade do mito à razão passa a ser a chave, então, para se compreender o sentido grego de uma paidéia. Não se deve esquecer, a este respeito, que o valor atribuído ao pensamento move o irromper da filosofia no mundo ocidental. A duração desta passagem abrange o período que vai do século XII a.C. ao século VIII a.C. na Grécia antiga; a história do mundo grego, no entanto, tem raízes mais longínquas no tempo, retrocedendo ao século XX a.C.

Um pouco de história

A antigüidade grega tem sido dividida nos seguintes períodos:

- A dos primeiros gregos, conhecidos como aqueus, os quais foram divididos posteriormente em jônios e eólios e que ocuparam lentamente, do século XX a.C. ao século XII a.C., a Grécia Continental, o Peloponeso e as ilhas do Mar Egeu. Cresce em importância, nesse período, a cidade de Micenas, lançando as bases da civilização micênica.
- Do século XII a.C. ao século VIII a.C., período em que é alicerçada a civilização grega, com destaque para a figura de Homero, que teria vivido possivelmente na Jônia do século IX a.C. Pela ênfase ao seu nome, este momento é denominado de tempos homéricos.
- Do século VII a.C. ao século VI a.C., período grego arcaico, em que o desenvolvimento da economia mercantil e alterações sociais e políticas levam ao aparecimento de colônias (bases das cidades-Estados, ou *póleis*) que geravam produtos agrícolas, suscitando trocas comerciais com outros povos.
- Do século V a.C. ao século IV a.C., período grego clássico, no qual se verifica um autêntico avanço nos domínios das artes, da literatura e da filosofia. A cidade de Atenas atinge seu mais alto grau de desenvolvimento. Nessa época viveram os sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles.
- Do século III a.C. ao século II a.C., período grego helenístico, fase em que se inicia uma profunda decadência política

na Grécia, a princípio provocada pela expansão do Império Macedônico e, posteriormente, pela ascensão do Império Romano.

Situados no tempo, então, podemos apresentar as principais características que marcam o período histórico conhecido sob o nome de Antigüidade Grega, bem como o surgimento da filosofia na Grécia Antiga.

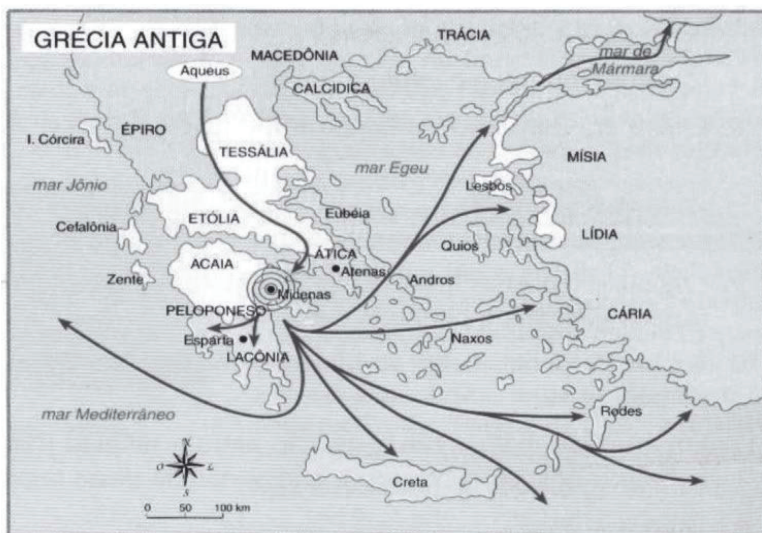
Breve visão da Antigüidade grega e o surgimento da filosofia ocidental

A formação do povo grego

Sabemos que a nossa civilização nasceu na Grécia. Sua cronologia nos leva a uma grande viagem pelo tempo antigo, re- vendo alguns traços essenciais do mundo grego, base, sem dúvida, da mais importante civilização encontrada na Antigüidade. Como ponto de partida desta volta, destacamos a sua localização geográfica. A Grécia é uma península localizada ao Sul dos Balcãs, apresentando um litoral bastante recortado, ao lado de um alto relevo montanhoso, o que dificulta as comunicações entre os seus vales. Já o solo grego era infértil. Da imensidão de suas costas, portanto, obtinha-se o que não era extraído da agricultura. Pelo mar, realizava-se o contato interno entre suas diversas regiões e o estabelecimento externo com povos distantes. Consultando um pequeno mapa da região grega do século XII a.C., compreendemos melhor o alcance desta afirmação (ver p.18).

Antes de invadirem esta península, os gregos se confrontaram com três culturas que já haviam ali se instalado: cretense, egípcia e fenícia. Julgando-se legítimos habitantes da região, porém, eles acreditavam descender diretamente de Heleno, filho de Deucalião, que conseguira escapar de um dilúvio provocado por Júpiter, pai dos deuses. Esta crença refletia o primeiro e mais importante vestígio da cultura grega: a proximi-

dade e tutela dos deuses sobre os homens, ou o que se conhece como percepção mítica (SOUTO MAIOR, 1973).



A Grécia é conhecida pelo nome de Hélade e os seus habitantes de helenos. Supõe-se que eles fossem de origem indoeuropéia e, divididos em tribos, alastraram-se pelo território grego, assimilando características culturais das diversas populações que se encontravam instaladas. Os cários ali se destacavam, dominando técnicas voltadas para a utilização dos metais. Uma das primeiras tribos gregas a se fixar no mundo helênico foi a dos aqueus. Deles provém o impulso para a fundação de várias cidades, como Micenas e Tirinto. Logo a seguir, aprendendo a construir navios, espalharam-se pelas ilhas egéias para atacar e se apoderar de Creta (SOUTO MAIOR, 1973).

A superioridade dos vencidos, no entanto, não diminuiu em força e importância diante dos invasores. A cultura cretense sobreviveu com algumas modificações, adaptando-se aos novos tempos. Dessa sobrevivência formou-se uma civilização que reunia as características de Creta às de Micenas, a mais importante cidade dos aqueus: a civilização creto-micênica. A

herança mítica predomina ainda nesse tempo, quando descobrimos que enormes construções de blocos de pedra apoiados uns sobre os outros eram atribuídas aos gigantes de um só olho, os ciclopes, conforme narram os poemas de Homero. Micenas, apesar da forte influência cultural de Creta, manteve características arquitetônicas próprias e o forte desenvolvimento de seu comércio, atingindo a Espanha a Oeste, o Danúbio ao Norte e o Egito ao Sul, só respeitando a área de influência da rica cidade de Tróia (SOUTO MAIOR, 1973).

Os avanços dos aqueus seguidos do confronto estabelecido com as culturas cretense, egípcia, fenícia e o fato de se apoderarem de Creta, impulsionando o surgimento da civilização creto-miceniense, não explicam, no entanto, os acontecimentos mais marcantes da Grécia desde o século XX a.C. Para um retrato mais amplo desse período, cabe mencionar o papel e a importância que desempenhou, então, a invasão dórica. Dominando o solo grego pelo istmo de Corinto, os dórios conquistaram todo o Peloponeso no segundo milênio a.C. Logo em seguida, apossaram-se de Creta. Para se defender dessa avalanche de destruição e saque, os aqueus buscaram novas terras em que pudessem se estabelecer, ocupando as ilhas e as costas da Ásia Menor. Desse fato, ocorre a primeira colonização grega, tendo surgido nessas novas cidades os primeiros grandes poetas e filósofos gregos (SOUTO MAIOR, 1973).

Supõe-se que quando os aqueus e cretenses fugiram tenham se constituído aqueles que passaram a ser conhecidos como povos do mar, os quais lutaram contra os faraós egípcios, dando origem aos filisteus e dominando os hititas. Apesar de hábeis guerreiros, os dórios possuíam uma cultura inferior à dos povos conquistados, o que provocou um retrocesso cultural na Grécia. Embora adorassem um Deus Supremo, admitiam que astros e criaturas com aspectos humanos pudessem interferir continuamente na vida dos homens. Eram monogâmicos e, apesar de belicosos, desconheciam manobras táticas

que os guiassem nos campos de batalha. A fixação dos dórios na Grécia acarretou o desaparecimento da brilhante civilização creto-micênica (SOUTO MAIOR, 1973).

A Guerra de Tróia: Homero e os poemas homéricos

Os primeiros passos da história grega antiga são fixados pelos acontecimentos concernentes ao apogeu de Micenas, conservados durante vários séculos, embora tenham sofrido modificações em seus conteúdos graças a acréscimos resultantes do folclore popular, fundando a poesia épica grega². Tais acontecimentos foram recitados por cantores, ou *aedos*, que iam de cidade em cidade narrando os feitos dos heróis, acompanhados sempre pela musicalidade emanada de um instrumento de cordas nomeado cítara. Esses cantos criaram a história dos aqueus desse período. Ao longo de suas narrativas, os *aedos* traziam para o presente algo que pertencia ao passado, levando seus ouvintes a reviver circunstâncias antigas e fundando, assim, um novo estar no tempo, como se assinala no livro *Sobre Deuses e Poetas*:

(...) a narrativa do *aedo*, dissolvendo as noções de passado, presente, futuro, instaura (...) um tempo do acontecer, não cronológico (...) [0] *aedo* esquece que o passado é passado, e, por isso, pode torná-lo presente; não há retorno ao passado, é o passado que se torna presente (BOHADANA, 1992).

A originalidade desta perspectiva nos chama a atenção, se lembrarmos que ela esbarra na clássica e vigorosa análise sobre o canto do *aedo*, formulada pelo francês Jean-Pierre Vernant³.

² Tipo de narrativa voltada para o relato das guerras, dos feitos heróicos e das intervenções dos deuses na vida humana.

³ Nome familiar aos estudantes de filosofia, Vernant é considerado um dos maiores estudiosos do mundo helênico (helenista) do século XX. Nascido em 1914, participou ativamente da Resistência francesa e nunca abandonou sua vocação de militante. Esse fato contrasta, em aparência, com o clichê do intelectual isolado em sua torre de marfim. Ao contrário, Vernant, carregando a justa fama de ter colocado os estudos helênicos em

Para ele, é o poeta que tem o poder de estar presente no passado, direcionando sua palavra para o que é antigo no tempo⁴. Contrapondo-se a este direcionamento *para trás*, Bohadana (1992) assinala o peso que deve ser dado à percepção temporal que envolve o *aedo* (narrador) e a narrativa.

E é sob a chancela desta percepção que podemos resgatar os cantos de Homero, um dos mais conhecidos *aedos* gregos. Ele viveu possivelmente na Jônia, cidade-estado da Ásia Menor, compondo dois poemas, a *Ilíada* e a *Odisséia*. Carlos Julio Belloch salienta, a este respeito, que “(...) a *Ilíada* e a *Odisséia* formaram-se pouco a pouco, a partir de núcleos históricos relativamente pequenos, até constituírem as extensas epopéias que hoje conhecemos” (BELLOCH *apud* GOETZ, 1951, p. 42).

Rica em imagens, a poesia homérica agrega cenas e histórias em que os deuses interferem na vida humana. Intervenção que se reconhece, inicialmente, pelo argumento da *Ilíada*: a eclosão da guerra de Tróia que se sucede ao rapto de Helena, esposa de Menelau, rei de Esparta, pelo príncipe troiano Páris, filho de Príamo. Ao longo de dez anos esta cidade resistiu bravamente, sendo finalmente conquistada, saqueada e destruída. O episódio narrado e cantado na *Ilíada* diz respeito ao último ano do cerco, no momento em que Agamenon desentende-se com Aquiles, e este deixa de participar dos combates. Com a sua ausência os aqueus sofrem grandes perdas. Seu escudeiro Pátroclo morre, no entanto, pelas mãos do troiano Heitor e Aquiles decide retornar à luta. Em um duelo com Heitor, consegue vingar seu companheiro.

Os funerais de Heitor, cujo corpo Príamo pedira ao seu vencedor, são evocados no final do poema. Seguindo as tradições

outro nível, lembra que foi na Grécia antiga que o ser humano foi definido como animal político. Em um livro lançado em 2001, ele trafega entre mito e política, investigando o que há de político no mito e o que há de mítico na política. É assim que toma como encargo teórico verter um olhar para o passado com vistas a entender melhor o presente.

⁴ Para aprofundar essa idéia, ver: VERNANT, 1973.

gregas, a guerra continuara e Aquiles morreu logo em seguida. Tróia fora conquistada e destruída graças à estratégia de Odisseu, rei de Ítaca, introduzindo na cidade, com a ajuda dos próprios troianos, um grande cavalo de madeira em cujos flancos estavam escondidos guerreiros aqueus. Menelau conseguiu, assim, recuperar Helena.

A interferência dos deuses sobre os homens se estende, em seguida, ao conteúdo da *Odisséia*. Ali se narra a volta de Odisseu ao seu pequeno reino na ilha de Ítaca, após a destruição de Tróia. Seu regresso é pontilhado por reveses, fruto de artimanhas de alguns deuses, o que o levou a experimentar fantásticas aventuras ao longo de dez anos. Num destes momentos, encontra-se com a deusa Calipso, que se apaixonara por ele, enquanto em Ítaca, já que ele fora dado como morto, sua fiel esposa Penépole é assediada por vários pretendentes. Amparado pelos deuses, Odisseu obtém permissão de Calipso para seguir a sua viagem, mas seu barco naufraga na ilha Skéria, talvez a atual Corfu, habitada pelos feácios. É encontrado semi-morto, estendido na areia, pela filha do rei Alcino, Nausica. Sendo bem recebido pelos feácios, Odisseu adquire uma embarcação para prosseguir em seu retorno. Penépole, nesse ínterim, tenta iludir seus pretendentes, prometendo encontrar um novo marido e se casar, logo que findasse uma tela. O trabalho diário é continuamente desfeito à noite, postergando a viabilidade de um novo casamento. Esta artimanha permite a Odisseu ganhar o tempo que precisava para finalmente retornar à Ítaca. Disfarça-se, então, de mendigo e dirige-se até sua casa, onde encontra todos os pretendentes de sua esposa, matando-os impiedosamente.

Pela *Iliada* e *Odisséia*, compreenderíamos o modo de viver em sociedade, bem como características da religião e dos costumes seguidos pelos aqueus e gregos que viveram no período anterior ao século VII a.C.

O pensamento grego: O surgimento da Filosofia

Entre os séculos VII a.C. e VI a.C., período que se denomina de arcaico na Grécia, surge a Filosofia, demarcando o início do que se conhece como pensamento ocidental. Ela resultou do estabelecimento de um tipo de organização política, econômica e administrativa que caracterizou a civilização grega nesse período: a *polis*⁵.

É da vida em sociedade que esse período tira seu maior propósito, sua maior aspiração. Dando um passo para trás no tempo, compreendemos que esta nova conformação se deu pelo deslocamento de poder em torno da realeza dominante no período homérico. Selava-se logo a seguir o novo destino do homem grego pelas discussões e conflitos no cenário de assembleias. Nelas o direito da palavra reservava-se aos cidadãos; refletiam, assim, o novo ideal grego de cidadania, isto é, a participação pública do cidadão nos destinos da cidade. Era a época em que prevalecia uma ordem humana, acessível à razão, à inteligência que se revigora segundo a fluidez das palavras. Os mistérios não deveriam tomar mais parte na explicação do que ocorria no universo, nem no cosmos humano; o conhecimento mítico, marcado pela predominância do que estava acima do mundo e do homem, não mais sustentava a nova apreensão da realidade em si e da vida em sociedade. Por este motivo, a im-

⁵ Um breve comentário deve ser feito sobre antecedentes possíveis da filosofia grega. Ferrater Mora (1977, p. 1177) nos esclarece, a este respeito: “alguns autores indicam que as condições históricas pelas quais emergiu a filosofia (fundação das cidades gregas nas costas da Ásia Menor e Sul da Itália, expansão comercial, etc.) são peculiares da Grécia e, por conseguinte, a filosofia só poderia surgir entre os gregos. Outros assinalam que há influências “orientais” (egípcias, por exemplo) no pensamento grego, não podendo por isto afirmar-se que a filosofia surgiu autonomamente entre os gregos. Outros, finalmente, indicam que na China e especialmente na Índia houve especulações que merecem, sem restrições, o nome de filosóficas. (...) Limitar-nos-emos a assinalar que, qualquer idéia que se tenha acerca das influências exercidas sobre o pensamento grego ou acerca da existência de movimentos intelectuais paralelos ao mesmo, os sentidos do termo 'filosofia' alcançaram somente na Grécia sua maturidade”. Tomamos este enfoque maduro, como efeito de uma forma de pensar ocidental iniciada na cultura grega, para apresentarmos um quadro introdutório do pensamento grego.

plantação histórica da *polis* constituiu um fator fundamental para o nascimento do pensamento racional (a filosofia no ocidente): criou as condições necessárias para que, partindo da percepção mítica desenvolvida nos séculos anteriores e superando-a, o saber fosse racionalmente elaborado. Esta superação foi obtida quando, em Mileto, Tales, Anaximandro e Anaxímenes se voltam para a sistematização de uma reflexão que toca diretamente a natureza. É o início do que é conhecido como pensamento pré-socrático (filósofos que viveram antes de Sócrates). Como lembra Vernant, a filosofia aparece, assim, *in statu nascendi*, estabelecendo seu “estado civil”:

Na História do homem, as origens geralmente nos escapam. Entretanto, se o advento da Filosofia, na Grécia, marca o declínio do pensamento mítico e o começo de um saber de tipo racional, pode-se fixar a data e o lugar de nascimento da razão grega, estabelecer seu estado civil. É no princípio do século VI, na Mileto jônica, que homens como Tales, Anaximandro, Anaxímenes, inauguram um novo modo de reflexão concernente à natureza que tomam por objeto de uma investigação sistemática e desinteressada, de uma *história*, da qual eles apresentam um quadro de conjunto, uma *theoria* (VERNANT, 1981, p. 73).

Por algumas características, reconhecemos os primeiros passos da filosofia na Grécia. Inicialmente, ela se volta para questões universais. Em seguida, sublinha a superioridade da razão, ao realçar o valor das teorias. Assinala ainda o caráter fundamental da virtude e da conduta, sendo marcada por especulações e aprimorando-se como discurso crítico. Por último, assume uma postura tipicamente humana. Sob a alternância destes aspectos, o destino humano se distancia definitivamente dos deuses, não deixando de abrigar, no entanto, um volume considerável de enigmas em torno do mundo. Por estes, o homem indaga continuamente por quais sentidos a realidade – física, social ou cósmica – pode ser apreendida. E é

no ciclo destas apreensões que se cria um fosso entre o entendimento pleno de uma coisa e as essências das coisas que se colocam na raiz do que é compreendido pelo homem. Desta quebra de continuidade, nascem as perguntas insistentes que não levam a respostas definitivas, reciclando-se pela perpétua busca de uma plenitude nunca alcançada: são as questões sobre o ser das coisas. Elas assumem no mundo grego a forma, “o que é...”: a realidade, a verdade, o mundo?

E é a questão do ser que alavanca as primeiras formulações filosóficas gregas. Em torno dela, os milesianos (filósofos gregos da cidade de Mileto, colônia jônica da Ásia Menor) Tales, Anaximandro e Anaxímenes, assinalam uma inclinação racional voltada ao que acontece no universo (cosmologia), acentuando um ponto de vista natural ou material. A filosofia milesiana se aproxima assim de uma física, que não pretende encontrar medidas *ao que ocorre no universo* – o estar físico das coisas existentes –, mas se volta para a busca incessante de um princípio material que explica *como uma coisa é* – a forma de ser da matéria. Três grandes princípios (“*archés*”, em grego) foram assinalados: a água (Tales), uma substância não gerada, imperecível e ilimitada (*ápeiron*) (Anaximandro) e o ar (Anaxímenes).

Ao longo do pensamento pré-socrático, a questão sobre o ser se depura. No pitagorismo ela é articulada sob relações harmônicas, sinalizadas pelas interseções dos números. Pitágoras⁶ admite

⁶ Pitágoras é uma das mais controvertidas figuras do mundo grego. Dele pouco se sabe. Parece ter nascido na Ilha de Samos indo viver em Cretona, na Magna Grécia. Para alguns, sua atividade era principalmente religiosa, relacionada com os mistérios órficos, e, por sua vez, com os cultos de Dioniso. Aristóteles refere-se aos pitagóricos de um modo impessoal, e essa “vaguidade é expressa pela denominação favorita: os chamados pitagóricos”, como nos lembra o filósofo espanhol Julián Marías (1959, p. 37). Os pitagóricos se estabeleceram numa série de cidades da Itália Continental e da Sicília, passando, logo a seguir, à própria Grécia. Formaram um grupo ou seita e submetiam-se a uma série de normas e proibições. Não comiam carne nem favas, não podiam usar roupa de lã, nem apanhar algo que houvesse caído, nem atizar o fogo com um ferro. No entanto, o aspecto mais conhecido do pitagorismo é a sua especulação matemática. Iniciada quase como uma mera técnica operatória, a matemática na Grécia, até o advento do pitagorismo, recebe a herança do Egito e da Ásia Menor. A partir do pitagorismo, a matemática se

que os números sejam as essências das coisas, conciliando a unidade e pluralidade do que existe sob uma harmonia dos contrários, base da ordem universal. Defende, ainda, uma oposição entre o “limitado” e o “ilimitado” (*ápeiron*), procedente de Anaximandro, que os pitagóricos vão acentuar contrapondo o pleno ao vazio, o ser ao não-ser. Heráclito de Éfeso volta-se para o fluir das coisas – o que muda, negando o ser – vendo no fogo que se transforma incessantemente, apagando e acendendo com medida, ainda que guarde sua identidade natural, a essência do processo cósmico. Xenófanes vai transportar a discussão do ser para uma visão do universo a partir de uma única origem (a *arché* que os jônicos já denominavam de “divina”). Por este caminho, ridiculariza o antropomorfismo de Homero e Hesíodo, os quais teriam atribuído tudo que é censurável e imoral aos deuses, proclamando ao contrário a existência de um Deus eterno, imóvel, imutável, inalterável e inteligentíssimo, que está acima dos deuses e em nada se parece com os homens. Parmênides assinala a impossibilidade de se pensar simultaneamente o ser e o não-ser de uma coisa. A esta contradição ele vai opor o princípio pelo qual “o ser é” e o “não-ser não é”: princípio ontológico da identidade (ontologia = estudo do ser). Parmênides admite que o ser é único, imutável, infinito e imóvel. Identificando ainda o ser com o pensar, sua filosofia orienta toda especulação filosófica posterior.

Zenão de Eléia se contrapõe tanto à doutrina do ser único, contínuo e imóvel de Parmênides, quanto ao ser múltiplo, descontínuo e móvel de Heráclito. Criticou, ainda, a base que a unidade dos números forneceu a Pitágoras para pensar a multiplicidade das coisas existentes; sua crítica partiu da dedução de conseqüências absurdas retiradas desses três sistemas de pensamento,

transforma numa ciência autônoma e rigorosa. Os pitagóricos realizaram a descoberta de entes – os números e as figuras geométricas – que não são corporais, mas que possuem realidade e apresentam resistência ao pensamento. Isto obriga a pensar que não é lícita a identificação imediata do ser com o ser corporal, o que implica uma ampliação decisiva da noção de ente (MARÍAS, 1959, p. 37-39).

pelas quais são destacadas as contradições que implicam a concepção de magnitudes contínuas como compostas por um número infinito de partículas indivisíveis. Melisso de Samos, por sua vez, mantém o conceito eleático da unidade, eternidade, homogeneidade, da uniformidade e da imobilidade do ser. Porém, modifica o conceito de um ser limitado, afirmando sua infinitude. Além disto, mescla idéias jônicas (Anaximandro, Anaxímenes) com idéias eleáticas (Parmênides, Zenão).

Empédocles tenta estabelecer uma síntese das distintas tendências existentes em seu tempo. Chega a combinar o ser imóvel de Parmênides com o ser de Heráclito em perpétua transformação, tentando resguardar a unidade permanente do ser e a pluralidade das coisas particulares, bem como o movimento. Para ele, o ser é eterno e indestrutível. Estaria integrado por quatro raízes (ou elementos) diferentes, das quais estão compostas todas as coisas, inclusive os deuses: água, ar, terra e fogo. Duas forças cósmicas eternas e antagônicas alternariam períodos de unidade e desagregação destas raízes: o Amor e o Ódio.

Anaxágoras, primeiro filósofo que fundou uma escola em Atenas, se confronta com o problema da unidade e da pluralidade das coisas. Marca um avanço importante em relação aos jônicos (Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito), ao admitir um duplo princípio para o que existe. Um deles é passivo e inerte, massa caótica em que estão misturados todos os elementos das coisas; outro é ativo, motor, inteligente, regulador do cosmos, causa da unidade e do movimento. Ele adota o princípio fundamental de Parmênides e de todos os pré-socráticos que tudo que existe nasce do ser. Admite, ainda, que em cada coisa existente estariam contidas todas as coisas. Como princípio ordenador do universo, independente dos elementos que o compõem e do que ele contém, encontra o *Noûs*, isto é, a Inteligência, o Espírito ou a Mente. Anaxágoras admite, no entanto, que este princípio de organização cósmica tem a forma de um

fluido universal: algo que está em ação por toda a parte, conferindo movimento à matéria e animando tudo que vive.

Leucipo e Demócrito foram os fundadores da escola atomista, oferecendo uma nova perspectiva ao problema da unidade do ser e da pluralidade das coisas. Segundo eles, os átomos tornam-se o elemento positivo do ser. Acrescentam a este um elemento negativo (o vazio, ou não-ser), também real, que desempenha a função de desagregar o ser, separando os átomos entre si, viabilizando o movimento e assinalando o lugar das coisas. O vazio, misturado em maior ou menor proporção aos átomos, torna-se, ainda, causa para as diversas qualidades atribuídas às coisas.

Dos milesianos aos atomistas, a questão em torno do ser se refaz e perdura. Apesar de sua longa continuidade, ela não deixa de assimilar, no entanto, direções inauditas. Com o aparecimento dos sofistas, no século VI a.C., ela sofre uma renovação considerável, tal como foi tratada pelos pré-socráticos. Relevando o papel do homem diante dos princípios da razão, a sofística traz um novo fôlego “humano” ao exame da filosofia, firmando um posicionamento ímpar no que diz respeito aos problemas filosóficos que envolvem a educação. Deste novo giro de idéias, surgem as filosofias de Sócrates e Platão.

Constituição do teatro grego

No contexto da *polis*, o teatro foi uma das mais belas manifestações da cultura grega. Em suas origens, ele foi confundido com festejos populares e as cerimônias religiosas consagradas a Dionísio, chegando a ter um alto valor educativo. A exaltação ao bode, sob a forma de cantos, fazia parte desses cultos, pois esse animal representava os faunos⁷. Do “canto do bode”, ou *trag-odia*, em grego, deriva-se o termo tragédia. Já o vocábu-

⁷ Divindades campestres, caprípedes (têm pés de cabra), cabeludas e que possuem um corno.

lo trágico era atribuído tanto àquele que cantava para receber como prêmio um bode, quanto àquele que cantava durante o ritual de sacrifício do bode. Assim, as tragédias ou “cantos do bode” tomaram como temática inicial as aventuras de Dionísio, agregando, posteriormente, temas mais variados. Em Atenas e em outras cidades gregas apareceram grandes teatros. De formato semicircular, sem teto, localizavam-se nas encostas de pequenas elevações, de maneira que as galerias superiores fossem cavadas na própria rocha. É assim que

(...) junto a primeira fila de espectadores situava-se a orquestra, pista circular para as danças efetuadas pelo coro. Por trás, erguia-se uma pequena construção de madeira *skene*, que servia de cenário, representando um palácio, um templo ou uma residência. Era também usado um aparelho mecânico *mechane*, que com cordas e pesos levava ao palco os atores que representavam as divindades, dando a impressão de que teriam vindo do Céu (SOUTO MAIOR, 1973, p. 106).

A estrutura do teatro grego era constituída de um ator e do coro dionisíaco. A cena teatral ocorria inicialmente com um único ator (masculino) que, usando diferentes máscaras, representava as várias personagens. As máscaras eram providas de um ressonante bocal de cobre e os atores usavam altos sapatos chamados coturnos para realçar a estatura e possibilitar maior visibilidade por parte dos espectadores.

Os espetáculos iniciavam-se pela manhã, muito cedo, e prosseguiram até o anoitecer. As representações, frutos de competições, duravam três dias. Foi no período ático – um dos três períodos em que é dividida comumente a literatura grega, (1) período primitivo ou arcaico, (2) período ático ou ateniense e (3) período helenístico – que surgiu a poesia dramática, da qual se originou o teatro. O verdadeiro criador da tragédia foi Ésquilo, que fundou o diálogo dramático e transformou a simples narração no desenvolvimento de uma situação dramática que

em determinado momento atinge um clímax. Conservam-se até hoje as seguintes peças de sua autoria: *As Suplicantes*, *Os Persas*, *Os Sete Contra Tebas*, *Prometeu Acorrentado* e *Oréstia*. Sófocles é um outro grande nome da tragédia grega; é autor de *Antígona*, *Electra* e *Édipo-Rei*. Ao lado de Eurípidés, autor de *Medéia* e as *Bacantes*, Sófocles leva o teatro a ser visto como instrumento de análise intelectual. Assim, o teatro grego, tanto na forma de tragédia quanto na de comédia, não ficou alheio às questões sociais da época. No que tange à comédia, Aristófanes⁸ se destaca, cultivando-a com brilho. Ainda,

(...) tem a seu mérito haver convertido em crítica social o que antes não passava de cenas incompletas. Chegaram até nós onze peças de sua autoria, entre as quais *As nuvens*, *A paz*, *A assembleia de mulheres*, *As rãs* e *As aves*, esta última considerada como crítica à expedição à Sicília (SOUTO MAIOR, 1973. p. 107).

A história e os historiadores gregos

Heródoto, o primeiro grande historiador grego, nasceu em Halicarnasso, na Cária. Sua figura é um retrato vivo da Grécia do século V a.C. É ainda considerado por alguns historiadores como o primeiro geógrafo verdadeiro. De origem aristocrática, fugiu da terra natal quando esta foi anexada ao império persa. Refugiado em Samos, viajou pelas ilhas do mar Egeu e regiões vizinhas até voltar a Halicarnasso (454 a.C.) para participar da

⁸ Aristófanes nasceu em Atenas (século V a.C.) e nos deixou onze comédias. É por meio destas que se pode compreender a comédia ática e sobretudo as idéias básicas do maior cômico de todos os tempos. Não é fácil descobrir nas comédias aristofônicas uma sistemática filosófica, ética, política, religiosa ou mesmo literária, pois salta aos olhos o que o cômico ataca, mas não precisamente o que ele defende. Aristófanes condena e satiriza não só os sistemas políticos, mas os abusos que se introduziram nesses sistemas. Ao criticar a democracia, parece dirigir verdadeiramente seu ataque ao regime ultrademocrático de Atenas com todos os vícios que lhe eram inerentes. Era defensor da paz, tema que aparece de forma visível em várias de suas peças teatrais. Pode-se dizer que a paz aristofônica traduz-se na alegria de uma vida farta, que aparece no rosto do camponês bem nutrido.

guerra de libertação e conseqüente incorporação à federação ateniense. Contrário a alguns ensinamentos da Escola Jônica, viajou por todo o mundo grego (Europa e África), mas passou a maior parte da vida em Atenas, onde se tornou adepto da política de Péricles. Foi amigo de Sófocles e participou da fundação da colônia grega de Túrio (443 a.C.), no sul da Itália, onde viveria provavelmente até sua morte. Relatou seus conhecimentos sobre as regiões visitadas em seu livro *Histórias*, dividido em nove volumes, abrangendo os dois séculos que precederam as guerras greco-pérsicas. Fez uma pioneira e grande apreciação do mundo antigo, apresentando o império persa, sua organização, seu exército e as diversas etapas de agressão às cidades gregas. Cada região do império é mostrada em detalhe, descrevendo com precisão assuntos como a religião, a história e as características étnicas de cada povo, tudo comprovado atualmente pela antropologia. Contribuiu, assim, com sua extensa obra, para o conhecimento de uma das mais importantes civilizações de todos os tempos, a grega clássica e, por isso, ele é chamado por Cícero (106-143) de o Pai da História.

Outro grande historiador grego desse período é Tucídides (460-400 a.C.). Sua grande obra se intitula *Histórias* – a maior fonte de informações sobre a guerra do Peloponeso –, da qual ele foi testemunha e participante. Desde o início dessa guerra, recolheu dados para escrever sobre o assunto, que então agitava toda a Grécia, devido à rivalidade entre as duas mais poderosas cidades-estados, Atenas e Esparta. Viveu a maior parte de sua vida na Trácia, relatando os fatos da guerra e viajando algumas vezes para se documentar com mais segurança.

No que se refere as temáticas militares na história grega, destaca-se o nome de Xenofonte⁹, seguidor de Sócrates. Dele

⁹ Nasceu na Ática em 431 a.C., durante a Guerra do Peloponeso. Foi discípulo de Sócrates e esteve banido de Atenas durante trinta anos por se opor às formas extremas estabelecidas pela democracia ateniense. Entre as suas obras, escreveu uma história grega, *Helênicas*, uma biografia romanceada do rei de Esparta, *Agésilau*, um tratado de pedagogia que aborda a educação do príncipe persa Ciro, *A Ciropédia*, e três textos sobre Sócrates:

conhecemos *As Helênicas*, em que se relatam acontecimentos na Grécia até a batalha de Mantinéia e a *Anábise*, em que narrou a retirada dos Dez Mil, da qual participou.

A oratória na Grécia

É também no cenário da *polis* que a eloquência¹⁰ se destaca na Grécia do século V a.C., visto que a arte de falar em público tornava-se um recurso importante para a organização democrática de algumas cidades gregas. Ela era estudada e praticada como um meio para se alcançar fama e prestígio social ou político. O nome de Péricles (495 a.C. - 429 a.C.) deve ser lembrado a este respeito. Ele é considerado o maior orador ateniense de seu tempo. Destacou-se como o mais importante dirigente da democracia de Atenas, tendo sido reeleito durante mais de trinta anos e chefiado o Estado de 443 a.C. a 429 a.C. Adotou uma política expansionista, com o monopólio do comércio marítimo. Provocou a guerra do Peloponeso contra os espartanos. Lutou pela supremacia ateniense sobre os Estados Gregos, criou uma poderosa confederação de cidades, mas os desastres da Guerra do Peloponeso levaram à sua queda em 430 a.C. Embora reintegrado ao poder, morreu logo depois, sob o efeito de uma peste que assolou a região. O período de seu governo marca o clímax da cultura grega da Antigüidade e ficou conhecido como “O Século de Péricles”.

Salienta-se, ainda nesse período, a eloquência de Péricles, como no seguinte elogio que faz à democracia:

A constituição que nos rege nada tem a invejar à de outros povos; não imita nenhuma, ao contrário, serve-lhes de modelo. Seu nome é democracia, porque não funciona no interesse de uma minoria, e sim em benefício da maioria. Tem por princípio

Apologia, Memoráveis e Simpósio. Escreveu ainda vários outros tratados, sobre temas como a caça e a economia doméstica, e morreu na Ática em 354 a.C.

¹⁰ Capacidade de falar e exprimir-se com facilidade.